

REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO*

Diana Luz Pessoa de Barros**

RESUMO: Nesta conferência apresenta-se uma reflexão sobre os estudos do texto e do discurso, em geral. A conferência organiza-se em três partes: a primeira, sobre o lugar dos estudos do texto e do discurso entre as teorias da linguagem, as diferentes perspectivas existentes nos estudos do texto e do discurso e o denominador comum delas, a posição “frágil” desses estudos e as críticas mais freqüentes que sofrem; a segunda, sobre o debate já desgastado e sempre retomado entre análises “internas” e “externas” do texto, e sobre a necessidade de gramáticas textuais e discursivas; a última, sobre os papéis e funções dos estudos do texto e do discurso, em geral, e no Brasil, em particular.

Palavras-chave: estudos do texto e do discurso; instabilidade lingüística; funções dos estudos do texto e do discurso; gramáticas textuais e discursivas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não foi uma escolha fácil a desta prova: decidir-me por uma aula-conferência ou pela comunicação, como em um congresso, de um trabalho desenvolvido e de seus resultados; optar por uma reflexão crítica de conjunto do campo de conhecimento em que me inscrevi para o concurso, o dos estudos do texto e do discurso, ou por um aspecto pontual e mais aprofundado em uma dada perspectiva teórica; tratar de textos e discursos em geral ou dos textos falados em particular, pois a eles tenho-me também dedicado nos últimos quinze anos, essas escolhas exigiram de mim decisões de várias ordens – de política universitária (o que

* Conferência proferida no dia 30 de abril de 1996, como uma das provas do Concurso para Professor Titular junto ao Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

** Universidade de São Paulo

se espera de um professor titular: abordagens verticalizadas dos problemas ou visão crítica de conjunto de sua área de especialidade); de caráter afetivo-emocional e ideológico (na última etapa da carreira, é o professor ou o pesquisador que deve tomar a frente?); e até de direção persuasivo-argumentativa (o que poderia interessar mais ao público presente?).

Depois de vários esboços, de muitas dúvidas e de conversas de corredor com colegas diferentes e amigos de sempre, a decisão foi tomada.

Proponho-lhes, assim, uma aula-conferência em que farei uma reflexão mais geral, mais horizontal, sobre os estudos do texto e do discurso. As razões da escolha são, entre outras, a convicção de que o Memorial e sua argüição constituem já a prestação de contas à sociedade de minha vida de pesquisadora: as investigações que desenvolvi, os resultados a que pude chegar, os trabalhos que publiquei, as comunicações que apresentei, as pesquisas que orientei, os projetos de que participo.

Já as aulas que ministrei e as conferências que fiz são sempre uma abstração, concretizadas apenas, no Memorial, por ancoragens no tempo e no espaço de sua realização.

A aula de hoje foi preparada como uma aula para todos os alunos que tive: os bons e os maus, aqueles para os quais tive alguma importância, aqueles para quem fui apenas um professor a mais, alunos que por mais de vinte e cinco anos ouviram-me falar de textos e de discursos, que aprenderam comigo e muito me ensinaram, que riram comigo e até de mim, que se emocionaram e me emocionaram. Meus alunos, enfim.

Organizei esta conferência em três partes: a primeira, sobre o lugar dos estudos do texto e do discurso entre as teorias da linguagem, as diferentes perspectivas existentes e o denominador comum delas, a posição “frágil” desses estudos e as críticas mais freqüentes que sofrem; a segunda, sobre o debate já desgastado e sempre retomado entre análises “internas” e “externas” do texto e sobre a necessidade de gramáticas do texto e do discurso, questões que explicam a escolha teórica que fiz pela semiótica narrativa e discursiva; a última, sobre os papéis e funções dos estudos do texto e do discurso em geral e no Brasil, em particular.

Antes de passar à primeira parte, quero apenas mencionar que não farei, na conferência, distinção entre texto e discurso, tendo em vista meu interesse em aproximar estudos do texto e do discurso.

1. ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO: PERSPECTIVAS E CRÍTICAS

Se os estudos de Saussure, de reconhecida importância para situar a lingüística entre as ciências humanas, para estabelecer seu objeto, limitaram o campo de possível interesse do lingüista, ao separarem rigidamente a língua da fala, o lingüístico do extralingüístico – por má interpretação do mestre, dizem alguns, por necessidade do momento histórico em que se transformavam os estudos da linguagem, afirmam outros, ou por razões ideológicas, consideradas as condições de produção do texto de Saussure, insistem terceiros – , os estudos que a partir de então se desenvolveram procuraram de modos diversos preencher os espaços entre as dicotomias estáveis, resgatar, do exílio da fala, elementos mais de interesse do estudioso da linguagem. Se Saussure designou a língua como objeto da Lingüística, recortando-a dos fatos “heteróclitos” da linguagem, os estudos posteriores mantiveram, com outros nomes e novas definições, a distinção entre o que cabe ao lingüista examinar e o que é da alçada de outras ciências ou disciplinas, mas reviram e retomaram posições postas de lado pela lingüística saussureana, alargaram seu campo de estudos, deixaram, enfim, os trilhos previamente assentados. Essas mudanças ocorreram sobretudo quando os lingüistas se debruçaram mais seriamente sobre questões de significação e sentido. Cito Benveniste, quando aponta a direção empreendida pelos estudos lingüísticos desta metade do século e mostra sua novidade:

“Commençons par observer que la linguistique a un double objet, elle est science du langage et science des langues. (...) C’est des langues que s’occupe le linguiste; et la linguistique est d’abord la théorie des langues. Mais dans la perspective où nous nous plaçons ici, nous verrons que ces voies différentes s’entrelacent souvent et finalement se confondent, car les problèmes infiniment divers des langues ont ceci de commun qu’à un certain niveau de généralité ils mettent toujours en question le langage (Benveniste, 1966: 19).

Esse caminho, a meu ver, fez-se pela ruptura de duas barreiras: a que impede a passagem da frase ao texto, a que separa o enunciado de sua enunciação. Alguns estudiosos procuraram vencer a primeira barreira, outros saltaram a segunda, muitos trataram de derrubar ambos os limites. No primeiro caso, devem ser mencionados os estudos de Harris

que, sem fugir dos pressupostos da teoria distribucional, propõe, com método formal e prescindindo do conteúdo, que se examine a estruturação global do texto.

Já as teorias pragmáticas, por exemplo, vão além da segunda barreira, retomam ao extralingüístico elementos situacionais indispensáveis à constituição do sentido do texto e descrevem e explicam os laços que unem enunciação e enunciado. Agrupam-se entre as pragmáticas teorias diferentes que têm, porém, em comum, o fato de procurarem aumentar a “fatia” da linguagem que tradicionalmente cabe aos estudos lingüísticos, pela recuperação de uma parte do “caos” da fala e pela consideração de certas condições de uso da língua. Os fatos pragmáticos ou de interação social do homem na e pela linguagem são definidos, por essas teorias, como fatos de língua ou de competência do falante, isto é, como fenômenos sistemáticos, que fazem parte das regras que o falante domina para usar a língua.

Os estudos do texto e do discurso, por sua vez, caracterizam-se pela ruptura das duas barreiras, ao mesmo tempo: vão além da dimensão da frase e se preocupam com a organização global do texto; examinam as relações entre a enunciação e o enunciado e entre o enunciado e os fatores sócio-históricos que o constroem.

Esses caminhos novos trouxeram aos estudos da linguagem mudanças significativas de posicionamento e não apenas acrescentamentos: deixou-se de ver a língua como lugar de representação apenas de significados objetivos, para considerá-la como meio convencional de agir no mundo (veja-se a pragmática dos atos de linguagem); passou-se a considerar a linguagem, por natureza, como um instrumento de argumentação e não somente de informação (vejam-se os estudos de Ducrot e as teorias da argumentação); concebeu-se o texto (ou o discurso) e não mais a frase como unidade de sentido, tomando-o como o objeto dos estudos lingüísticos e condicionando a descrição das frases ao exame satisfatório dos mecanismos de organização textual (vejam-se as teorias do texto e do discurso em geral e os escritos precursores de Bakhtin); colocou-se a intersubjetividade como anterior à subjetividade, ou seja, a relação entre interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto (vejam-se os estudos de Bakhtin, as diversas teorias pragmáticas e a análise da conversação); caracterizou-se o discurso como lugar ao mesmo tempo do social e do individual: é da relação entre a invariante do sistema e a variação social que surge o sentido do discurso, e sua articulação com a sociedade não é fortuita e ocasional ou secundária e acessória;

definiu-se a linguagem pelo dialogismo em suas duas acepções, a do diálogo entre interlocutores, já mencionada, a do diálogo que cada texto mantém com outros textos.

Essas novas posições criaram um novo objeto (ou mais de um) dos estudos lingüísticos, com as características apontadas: ao mesmo tempo social e individual, instrumento de argumentação e de informação, fundado pela interação ou pelas relações intersubjetivas que antecedem e criam a subjetividade, de dimensão maior que a da frase e com organização própria, constitutivamente dialógico, ou mesmo, duplamente dialógico.

Em síntese, as diferentes teorias pragmáticas, textuais e discursivas trazem novas posturas e objeto aos estudos da linguagem, na segunda metade do século XX. E o fazem com fundamentos diferentes, herdados de quadros teóricos diversos, com que dialogam – a lógica e a filosofia da linguagem, a antropologia estrutural, os estudos cognitivos, a psicanálise lacaniana, o materialismo histórico, entre outros – e com graus de formalização e de estabilização dos objetos também diferentes.

Minha intenção foi a de assinalar o ponto de vista comum sobre ou sob as diferenças, a nova postura frente a fatos da linguagem, também eles novos; o caminho único, apesar dos desvios, dos atalhos, das rotas marginais, empreendido pelos diferentes estudos do texto e do discurso.

A direção tomada foi a de ocupar o “vão” entre pontos estáveis, preencher o espaço entre posições bem definidas pelos estudos lingüísticos anteriores – língua vs fala, competência vs performance, enunciação vs enunciado, lingüístico vs extralingüístico. Embaralham-se diferenças bem estabelecidas, mistura-se o que antes estava claramente separado, ou, como diz Guimarães Rosa, “tão claro como água suja”

Os estudos do texto e do discurso, em decorrência, caracterizam-se pela fragilidade e instabilidade de não serem “nem isto, nem aquilo” ou de serem ao mesmo tempo “isto e aquilo”, parodiando Cecília Meireles que, em poema para crianças, mostra o desejo ou a nostalgia do contínuo, das posições indecisas e a impossibilidade delas em um mundo polarizado:

Ou isto ou aquilo

Ou se tem chuva e não se tem sol
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e não guardo o dinheiro.

Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!

não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranqüilo
Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.

A “fragilidade” dos estudos do texto e do discurso favorece assim críticas e objeções diversas, conforme a teoria se aproxime de um ou de outro pólo ou se mantenha em indecisa posição. Uma das objeções, em geral dita humanista, que sofrem as teorias do discurso é a de reducionismo. Essa objeção se refere ao “empobrecimento” que as teorias do discurso e do texto trazem a seu objeto de estudo, por excessivo formalismo, por adoção de um ponto teórico único, por muita preocupação com procedimentos lingüísticos e discursivos, em detrimento de outros aspectos mais “intuitivos” ou “criativos”, por fazerem do texto o lugar apenas de comprovação ou de exemplificação de complicadas elaborações teóricas. Uma segunda objeção, também bastante freqüente, é a crítica ideológica de negação da história, feita a propostas como as de Benveniste, Greimas, das pragmáticas em geral que, por considerarem apenas a enunciação pressuposta no discurso, nem sempre examinam devidamente as variáveis sócio-históricas que, com as lingüísticas, engendram os sentidos do discurso. A terceira crítica seria o desafio “fundamentalista” (no dizer de Eric Landowski) de projetos mais descritivos que explicativos.

Em resumo, os estudos do texto e do discurso, por um lado, não são suficientemente formais e explicativos para a lingüística “hard”, por outro, são excessivamente formais ou estruturalistas ou atados a mecanismos internos para os adeptos de análises mais livres e “criativas”

Dessa forma, os lingüistas em sentido restrito, os que não saíram dos trilhos, nem sempre consideram lingüistas aqueles que, como disse

Benveniste, estão com o nariz voltado para a linguagem: são “outra coisa”, analistas de discurso, semioticistas, analistas da conversação, jamais ou não mais lingüistas. Esse processo de exclusão aparece em variadas situações e mesmo nas que não têm fundo teórico ou metodológico: na determinação das áreas do conhecimento na CAPES, na escolha de representantes do CNPq. Os estudos do discurso e do texto são estudos da linguagem, mas muitas vezes marginalizados, porque caracterizados pela instabilidade acima mencionada. Os que assim pensam não percebem que essa instabilidade é condição do estudo da linguagem.

Em relação às críticas de reducionismo, cabe um “mea culpa” e uma defesa. É necessário reconhecer que são muitos os que se dizem estudiosos do texto sem o serem, muitos os que utilizam uma metalinguagem que desconhecem, muitos os que fazem realmente do texto um exemplo para teorias mal dirigidas. No entanto, é fácil separar o joio do trigo e, se nem sempre se faz a distinção, é porque interferem questões de outra ordem: o desconhecimento dos estudos do texto e do discurso, de seus avanços e resultados; a má-fé e o medo de perder espaços.

Ignoram esses que os estudos do texto e do discurso não julgam que estão ultrapassando os estudos lingüísticos tradicionais ou deles prescindindo, nem tampouco, querem ou podem substituir a crítica literária ou de artes, a análise sociológica e psicológica, o exame histórico ou a interpretação psicanalítica. Os estudiosos do discurso gostariam apenas que se reconhecesse que os estudos diversos que, com outros fins, tomam textos como ponto de partida, não podem, por sua vez, prescindir de abordagens discursivas e textuais desses objetos. São os estudiosos do texto e do discurso que maior contribuição podem dar para o desvelamento dos mecanismos de engendramento dos textos e dos discursos e de seus sentidos, por conhecê-los melhor que os demais.

As críticas sérias merecem atenção, e esforços são despendidos para tornar os estudos do texto e do discurso mais explicativos, menos “reducionistas (embora o reducionismo seja condição da ciência) ou ahistóricos. Avançou-se muito na construção de gramáticas do discurso, do texto, da língua falada, cada vez mais explicativas; caminha-se para teorias da enunciação, da intertextualidade, da heterogeneidade discursiva satisfatórias, que não percam de vista as relações do discurso com a sociedade e a história; alarga-se, cada vez mais, a capacidade descritiva e explicativa das teorias do texto e do discurso, graças aos avanços teóricos mencionados e ao alentado trabalho empírico de análise de textos e de discursos realizado nos últimos anos.

Se as críticas sérias têm sido consideradas, já as objeções do preconceito não merecem que nelas nos retardemos.

A posição de instabilidade em que tais estudos colocam a linguagem é a maior perda deles e também sua maior “grandeza”. O momento hoje é, sem dúvida, o de uma lingüística da instabilidade (veja-se, a respeito, José Luiz Fiorin em “Lingüística: perspectivas e aplicações”, 1994). São os fatos lingüísticos instáveis, aqueles que não se resolvem como “ou isto ou aquilo”, que instigam os estudiosos da linguagem, e os do discurso e do texto, antes de todos. Relações entre sentidos implícitos e explícitos e entre implícitos dos implícitos; a descontinuação contínua da conversação; as correlações entre a letra e a música na canção; as homologações entre expressão e conteúdo nos textos poéticos e nos discursos orais; as embreagens que misturam pessoas, tempos e espaços e nos permitem dizer que “amanhã era Natal”; as metamorfoses dos estados de alma nas narrativas de que resultam efeitos de sentido de paixões; eis alguns exemplos de instabilidade da linguagem e de seu exame discursivo e textual.

O estudioso do discurso, bravamente, acredita poder dizer alguma coisa sobre essas questões e, ao fazê-lo (que pena!), estabilizar o instável. A diferença, no entanto, é que ao estabilizar o instável, o estudioso do discurso cria apenas, e o reconhece, um equilíbrio precário.

Passemos à segunda parte da conferência.

2. ALGUMAS ESCOLHAS TEÓRICAS: ANÁLISE “INTERNA” E “EXTERNA”, GRAMÁTICA DO TEXTO E DO DISCURSO

Entre os estudos do discurso e do texto, cujas características gerais e ponto de vista comum procurei apontar, faço uma escolha teórica pessoal pela teoria semiótica da narrativa e do discurso, por razões que dizem respeito às questões que gostaria de poder responder ao estudar textos e discursos: a possibilidade de “conciliar”, em um mesmo quadro teórico-metodológico, análises “internas” e “externas” do texto, o que poderá solucionar as objeções de reducionismo e ahistoricismo mencionadas; a proposta de uma gramática do texto e do discurso, que aumenta a capacidade explicativa da teoria e responde à objeção “fundamentalista” citada.

Ninguém ignora a existência de duas tendências opostas no tratamento do texto, que se acreditam inconciliáveis e que se recriminam mutuamente: de um lado as análises do “texto pelo texto”, análises internas e

imanescentes; do outro, as abordagens sociológicas, históricas, psicológicas do texto ou mesmo sua livre interpretação. Texto, pretexto, contexto emaranham-se nesse jogo teórico, marcadamente ideológico. Se no trabalho constante com a linguagem percebe-se a necessidade de analisar o texto como um sistema de regras capaz de explicar sua organização imanente – em suma, uma análise formal e estrutural, no bom sentido (existe o mau?) –, pressente-se, por outro lado, que é imprescindível considerar o texto também como um pretexto do contexto. Essa é sem dúvida uma das instabilidades em questão.

Se a conciliação das abordagens ditas internas com as frequentemente denominadas externas não é um anseio recente ou de alguns apenas, a questão central parece-me ser a de fazê-lo em um mesmo quadro teórico-metodológico, isto é, sem as superposições de perspectivas teóricas contraditórias ou as correlações um tanto simplistas da sociolinguística norte-americana.

A escolha da teoria semiótica da narrativa e do discurso como ponto de partida de minhas reflexões sobre o texto e o discurso explica-se assim pela convicção de que tal proposta, além de fornecer métodos e técnicas adequados à análise interna do texto, permite, pela mediação da enunciação, examinar as articulações do discurso com o contexto sócio-histórico. Essa foi a proposta que desenvolvi na primeira parte da minha tese de livre-docência. Examinei as relações entre texto e contexto, e entre enunciado e enunciação como relações intertextuais ou relações entre textos. Daí a manutenção do mesmo quadro teórico – são sempre textos em exame –, daí a segurança advinda do fato de que com os textos nós, analistas do texto e do discurso, sabemos e podemos trabalhar.

No caso das relações entre texto e contexto examinam-se a intertextualidade e a interdiscursividade, o dialogismo, a polifonia e a heterogeneidade discursiva (Bakhtin, Ducrot e Authier-Revuz, principalmente) em que se observam as relações com o “outro”, um outro discurso. Cabe ao estudioso do discurso o exame dos procedimentos linguísticos e discursivos que produzem os efeitos de polifonia ou de monofonia e o dos recursos que levam à construção do intertexto ou do interdiscurso como lugar de apreensão das formações sócio-históricas do discurso.

Quanto às relações entre enunciado e enunciação, examinam-se as oferecidas pelo próprio discurso nas projeções das pessoas, dos tempos e dos espaços do discurso, nas escolhas temáticas e figurativas, nos procedimentos de reformulação discursiva e nos recursos de produção e de inter-

pretação como as pausas ou as hesitações, e, além disso, faz-se a análise narratológica da enunciação. Para o exame narratológico, a enunciação é concebida como um espetáculo, como um “outro” texto. Esse tipo de abordagem tem trazido resultados mais impressionantes com os textos dissertativos, em que a organização persuasivo-argumentativa se destaca, e com as conversações, em que se constroem, dessa forma, os papéis conversacionais, sociais e “individuais” dos participantes do diálogo.

A proposta de uma gramática do texto e do discurso é, como já mencionei, outra das razões de minha opção teórica. Uma das dificuldades dos estudos do texto e do discurso é, sem dúvida, a da mediação entre procedimentos lingüístico-discursivos e os sentidos do texto. Reflexões teóricas e exame empírico de textos diversos convenceram os estudiosos do texto e do discurso de que, se o sentido do texto não é o resultado da soma dos sentidos das frases, tampouco o exame dos procedimentos gramaticais da frase – sua sintaxe, sua organização morfológica, seu padrão fonológico – basta para explicar o engendramento dos sentidos do texto. Soluções diversas têm sido experimentadas. A mais satisfatória, no momento, é, a meu ver, a de previsão de uma gramática do discurso, em que os procedimentos lingüísticos diversos têm um lugar, um papel, uma função. Só dessa forma, acredito, podem-se descrever e explicar os mecanismos discursivo-textuais, seu funcionamento e os efeitos de sentido construídos.

Dois momentos e duas decisões estão em jogo: o reconhecimento de uma organização gramatical do discurso, a aceitação de um modelo específico de gramática. Ponho ênfase na primeira decisão, que me parece necessária para o desenvolvimento dos estudos do texto e do discurso, com as perspectivas e finalidades já aqui sobejamente apontadas. A escolha de um dado modelo de gramática constitui um segundo momento, com muitas alternativas possíveis, aceitáveis e mesmo satisfatórias.

A gramática do discurso com que trabalho tem dois componentes, uma sintaxe e uma semântica. Tendo em vista que a Semiótica da narrativa e do discurso concebe o plano do conteúdo dos textos sob a forma de um percurso gerativo que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto e em que são previstas três etapas, a gramática do discurso desdobra-se em três gramáticas autônomas. Em outras palavras, cada um dos níveis do percurso é descrito e explicado por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis. Há, assim, uma sintaxe e uma semântica fundamentais, uma sintaxe e

uma semântica narrativas, uma sintaxe e uma semântica discursivas, no seio da gramática do discurso. Essa gramática estará, dessa forma, apta a descrever e explicar as relações e operações sintáticas fundamentais e seu investimento semântico mínimo, sobre os quais o discurso se constrói; a organização sintática modal (ou modo-passional) da narrativa e os valores semânticos descritivos e modais dos objetos do enunciado; a organização sintática dos atores, por meio da estrutura de pessoa, dos tempos e dos espaços do discurso, sua sobredeterminação aspectual e os percursos temáticos e figurativos que recobrem semanticamente o discurso. É um projeto ambicioso, que se preocupa com a organização global do texto e que, a meu ver, é hoje uma das propostas mais coerentes e desenvolvidas de gramática do discurso.

Chego agora à terceira e última parte desta conferência.

3. PAPÉIS E FUNÇÕES DOS ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO

Se, nas duas partes anteriores, procurei já apontar as finalidades dos estudos do texto e do discurso em geral, nesta última etapa tratarei de retomar e especificar algumas dessas funções.

As primeiras finalidades são, sem dúvida, as dos estudos lingüísticos em geral: a de conhecer melhor a linguagem, através da língua e de seus discursos e, pela linguagem, o homem; a de fazer avançar a teoria. Para tanto, deve o estudioso do discurso e do texto desenvolver pesquisas teóricas nas direções apontadas, tendo em vista explicar o texto como objeto de significação e como objeto de uma dada sociedade e cultura. Daí a necessidade de estudos sobre, por exemplo, a reformulação discursiva, as projeções de tempo, espaço e pessoa no discurso, a figurativização, os arranjos de modalidades da narrativa, a aspectualização do discurso, a polifonia e a monofonia textuais, os procedimentos argumentativos, entre tantos outros. Os estudiosos do discurso não se descuidaram das questões teóricas, nas suas diversas perspectivas. O acúmulo de conhecimento tem sido grande e já se sabe hoje bem mais sobre o discurso do que se sabia há quarenta anos atrás.

Além de procurarem conhecer melhor a língua e a linguagem e de propiciarem o desenvolvimento teórico e metodológico da própria disciplina, os estudos do texto têm outros papéis, de que ressaltarei dois: o primeiro,

relacionado ao ensino/aprendizagem da competência discursiva em língua materna e em segunda língua; o segundo, ligado ao exame dos textos-objetos da cultura. São ambas funções que poderiam ser ditas “sociais”, não fosse sua redundância no quadro teórico dos estudos lingüísticos, tal como aqui concebidos.

Para falar um pouco dessas funções dos estudos do texto e do discurso, mencionarei aqui pesquisas que realizei. Poderia sem dúvida, e com mais brilho, fazer referência a trabalhos de outros pesquisadores; tendo em vista, porém, o caráter de “prova” de um concurso, que tem esta conferência, achei conveniente relatar uma pequena parte de minhas próprias investigações.

Pensei retomar assim um estudo sobre as funções dos procedimentos discursivos na interação verbal, como uma pesquisa teórica, uma investigação sobre redação e leitura, para a função relacionada ao ensino, e uma reflexão sobre o discurso da História do Brasil, para o último papel, o de exame de textos da cultura.

Dei-me conta, porém, de que o tempo desta conferência não era suficiente para o que pretendia e deixei de lado, por não se prestar a apresentações muito sucintas, o estudo sobre as funções dos procedimentos discursivos na interação verbal – de construção do dispositivo persuasivo-argumentativo do texto falado; de estabelecimento de sua organização modopassional; de determinação aspectual do fluxo da fala.

Em relação ao ensino/aprendizagem da competência discursiva, seja em língua materna, seja em língua estrangeira, trabalhos diversos mostraram que os estudos do texto e do discurso são imprescindíveis. No meu caso, examinei redações do vestibular e pude apontar que uma das razões do fracasso do vestibulando na escrita é, sem dúvida alguma, o fato de a escola desconhecer a gramática do discurso (ou do texto) e restringir-se à gramática da frase.

A análise das redações nos diferentes níveis mostrou a “mesmice” dos textos: mesmos tipos narrativos, mesmos procedimentos de projeção das pessoas, do tempo e do espaço do discurso, mesmos recursos argumentativos, mesmos percursos temáticos, mesmo investimento figurativo.

Os vestibulandos (65%) construíram narrativas do mesmo tipo: um jovem entediado em casa quer obter certos valores – sobretudo estabelecer relações intersubjetivas, tais como fazer amigos, encontrar colegas ou companhia do outro sexo – e acredita poder consegui-los na festa. Ao chegar no local da festa, percebe que o simulacro positivo que construiu não se susten-

ta – é pobre em festa de rico, não está vestido como convém, etc. – e comete todo tipo de erros – tropeça no tapete, derruba bebida na aniversariante, pisa no rabo do gato, quebra o salto do sapato, tira mulher casada para dançar. Dois finais ocorreram: infeliz, o jovem deixa a festa e volta para a segurança e o aconchego do lar e da família, ou, durante a festa, encontra alguém que o ajuda a se integrar e com quem, em geral, se casa e reproduz os laços familiares estáveis e seguros.

Os vestibulandos não fazem, como disse, uso muito variado dos procedimentos da sintaxe do discurso – projeções das pessoas, do espaço e do tempo sempre no eixo de referência do “eu, aqui, agora” - e quando tentam recorrer a outros procedimentos não são bem sucedidos. Ainda na sintaxe do discurso, a argumentação nas redações emprega principalmente o procedimento de exemplificação. A dificuldade é que o caso particular narrado não permite, em geral, a generalização proposta, conduzindo mesmo, muitas vezes, a conclusões contrárias. Assim, depois de uma festa em que fracassou, pois não conseguiu se relacionar com ninguém e ficou sozinho em um canto da sala, e de que voltou muito infeliz, o vestibulando conclui, sem ironia, que é bom ir a festas, porque lá a gente faz amigos. Tudo parece indicar que o jovem tem de antemão idéias prontas e lugares-comuns sobre a festa e tenta usar esse saber geral e estereotipado como se fosse o resultado de experiências novas e de reflexão própria.

É também pequena a variação dos percursos temáticos e figurativos das redações. Os percursos temáticos estão, em sua maioria, relacionados ao conteúdo fundamental da oposição entre o *sabido* e o *não-sabido*, decorrente da proposta da redação sobre uma festa com “pessoas que mal conhece” Os dois temas principais são o da familiaridade e o da ascensão social.

A oposição temática entre o familiar e não-familiar aparece sob a forma de busca de novos amigos e seu percurso pode ser lido, nas redações, como o da passagem, em geral mal sucedida, à idade adulta, ou seja, a passagem da dependência familiar infantil e adolescente à independência do adulto. O investimento figurativo do tema atribui à *casa* gostos bons, bons cheiros, silêncio, tamanho adequado, espaço fechado e delimitado, temperatura e iluminação corretas, e à *festa* gostos amargos ou insípidos, maus odores, muito barulho, espaços enormes ou muito apertados, muito calor ou frio, excesso de luz ou iluminação insuficiente.

O tema da procura de ascensão social é também bastante desenvolvido nas redações: o jovem quer ser bem recebido em festa de ricos e

acredita na possibilidade de ascensão. O insucesso e a decepção na festa, em lugar de levarem o sujeito a criticar uma sociedade de classes, por exemplo, fazem que ele desqualifique sua competência para conseguir a elevação social desejada ou censure, com estereótipos, os ricos, os artificiais, os formais e os sofisticados, que impediram a mudança de classe, em que continua a crer. As figuras estereotipadas do luxo e da sofisticação da festa – com canapés, whisky, vinhos franceses, tapetes persas, mordomos, mulheres luxuosamente vestidas, casas fabulosas, nunca cachorro-quente ou churrasco, no fundo do quintal – são, em geral, mal utilizadas pelo vestibulando, que fala de “refrigerantes franceses de boa safra”, de “carpetes persas” e de “quadros parnasianos”, e mostram que eles não conhecem esse tipo de festa, a não ser pela televisão.

As competências narrativa e discursiva pobres explicam-se, em parte, pelo exame da intertextualidade. Interessam-me aqui apenas as relações intertextuais com a escola, que me permitem apontar duas razões da “mesmicé” das redações: em primeiro lugar, a concepção que o vestibulando tem da linguagem, do ato de redigir, da escola, do vestibular (os resultados da análise indicam que o vestibulando vê a redação como uma tarefa desagradável a ser cumprida, como a reprodução de esquemas e de modelos mal “aprendidos” na escola); em segundo lugar, as dificuldades ou mesmo a impossibilidade de o vestibulando optar por outra solução, por falta de domínio da norma culta, por desconhecimento da modalidade da escrita e de sua relação com a fala, e, principalmente, por ignorância das variações narrativas, discursivas e textuais, decorrente da pouca informação que possui sobre o discurso. Em outras palavras, ainda que fossem diferentes os simulacros do vestibulando sobre linguagem e redação, ele não teria meios para redigir de outra forma.

Falta-lhe, entre outros, um maior conhecimento do discurso e do texto. Mesmo quando domina a produção de frases, o vestibulando tem dificuldade em construir o discurso. Fecha-se o círculo: sem saber produzir textos, o vestibulando preenche artificialmente o tempo e o espaço da redação com fórmulas decoradas e repetidas daquilo que ele acredita ser um discurso. É preciso, portanto, mostrar-lhe a riqueza dos meios narrativos e discursivos, as possibilidades da sintaxe narrativa e discursiva e dos investimentos figurativos, a ilimitação dos efeitos de sentido que, com esses recursos, podem ser obtidos. Em suma, deve-se fazê-lo “descobrir” que o discurso e o texto têm organização própria, que há uma gramática do discurso ou do texto. Só assim ele poderá “apropriar-se” de seu discurso.

Se outro resultado não houvesse, essa investigação mostrou, com certeza, o papel dos estudos do texto e do discurso no ensino/aprendizagem da competência discursiva.

Entre as investigações que têm por preocupação contribuir para que se conheça melhor, por meio da linguagem, a sociedade brasileira, selecionei a de exame dos textos de História do Brasil para primeiro grau (de 5ª a 8ª série). Antes, porém, de relatar alguns dos resultados obtidos com essa pesquisa, abro parênteses para um comentário. Ouvi, em duas ocasiões, de dois estudiosos franceses diferentes, ambos de renome no campo da linguagem, a observação de que os estudos do discurso são particularmente importantes para o Brasil e demais países da América Latina. A observação feita por Jean Petitot, durante um jantar de um Colóquio, trazia claramente subentendido que certos tipos de estudos, estão já ultrapassados no primeiro mundo, que hoje se interessa por estudos cognitivos ou topológicos, mas sobrevivem no terceiro mundo, devido a seu viés “sociologizante”. Já a observação de Sylvain Auroux teve sentido diferente, com que me ponho em grande parte de acordo. Para Auroux, o exame dos textos de uma cultura é necessário e esse estudo é mais importante no Brasil e na América Latina por duas razões: porque pouco se fez nessa direção em nossos países e porque a nossa organização social instável pede tais estudos. Minha única discordância com Auroux está no fato de que acredito serem tais estudos necessários tanto aqui, quanto lá. Se no primeiro mundo foram já efetuados estudos desse tipo, não posso crer que se esgotaram os textos da cultura ou que se acabou a necessidade de seu exame. Termino o comentário.

O objetivo principal da pesquisa sobre os discursos da História do Brasil para 1º grau é verificar como os textos utilizados na escola constroem discursivamente o imaginário nacional ou, ao menos, parte dele, qual seja a visão de nossa História. Relatarei apenas dois pontos dos resultados obtidos em duas das pesquisas realizadas, a primeira sobre os textos do início da colonização no Brasil, a segunda sobre os heróis nacionais – Tiradentes, Pedro I e o bandeirante – construídos nesses e por esses discursos.

Sobre os textos da colonização quero somente apontar a presença, no nível discursivo, de ao menos duas vozes distintas, que se manifestam de posições ideológicas diferentes. Uma voz, nos textos do período dito pré-colonial, em que a relação entre o sujeito Portugal e o objeto Brasil é marcado pelo desinteresse, define *colonização* em uma de suas acepções dicionarizadas: colonizar é cultivar, desbravar, introduzir a cultura e a civilização em terras não-civilizadas. O desinteresse de Portugal pelo Brasil é considerado, portan-

to, um fato negativo, pois, com a falta de colonização, Portugal priva o Brasil de desenvolvimento e de progresso. A outra voz manifesta-se nos textos sobre o período colonial propriamente dito e dá a *colonização* uma segunda acepção, também dicionarizada: colonizar é explorar, povoar e dominar no interesse da metrópole. Nesse caso, ao contrário do primeiro, a colonização assume o sentido negativo da exploração e dominação econômicas. O interessante é observar que as duas vozes não fazem do texto um discurso polifônico, isto é, em que as vozes se entrecruzam, dialogam entre si, polemizam umas com as outras ou se põem de acordo. As duas vozes, embora contraditórias nos textos examinados, apresentam-se quase que como vozes complementares. Em outras palavras, essas vozes não dialogam entre si, não se cruzam e caracterizam praticamente discursos *monofônicos* justapostos, em que as posições ideológicas diferentes sobre a colonização não são explicitadas, nem confrontadas. Dessa forma, no imaginário nacional, ao contrário do que acontece em outros países da América Latina, a visão da colonização é marcada pela ambigüidade.

Quanto aos heróis nacionais, resumirei minha exposição em dois momentos: o primeiro, sobre os tipos de heróis, o segundo, sobre o reconhecimento do herói, no caso, o bandeirante.

A partir dos textos que constroem os heróis Tiradentes e Pedro I, esboça-se uma tipologia do herói nacional:

- a) características comuns: os heróis são sujeitos da ação e não destinadores, ou seja, agem, mas não tomam decisões, pois outros resolvem por eles; os heróis realizam ações verbais ou lingüísticas; os heróis são, em algum momento, reconhecidos como heróis;
- b) diferenças: há dois tipos de heróis, os santos ou loucos, como Tiradentes, os fortes ou poderosos, como Pedro I, que se distinguem pela virtualidade de competência dos santos ou loucos (são bem intencionados, querem fazer, mas não podem), ao contrário da atualidade de competência dos fortes e poderosos (que podem fazer); pela continuidade ou iteratividade aspectual da ação (ação rotineira do dia-a-dia) dos santos ou loucos, em oposição à pontualidade da ação extraordinária, única, dos heróis fortes; pelas paixões da benevolência, do desprendimento e da resignação dos heróis santos e loucos, e pelas paixões tensas da malevolência (irritação, raiva, ódio) que leva à revolta e à vingança, nos heróis poderosos; pela produção de frases de efeito, de atos

performativos, nos heróis poderosos, ao contrário das ações verbais rotineiras dos santos e loucos, aos quais não se atribui a palavra em discurso direto; pela violenta sanção negativa (em geral, a morte), que sofrem os heróis santos ou loucos, enquanto os heróis poderosos são reconhecidos como heróis e recompensados na sua época.

Procurei, nesse trabalho, mostrar a construção discursiva estereotipada do herói nacional, mas também que, se os sujeitos da enunciação dos textos partem de valores conhecidos e repetidos, formam, por sua vez, valores, ou seja, produzem no imaginário simulacros do herói. Com isso, quando um dos nossos homens públicos quer, por exemplo, ser considerado herói, sujeita-se ao simulacro construído nos textos e emprega os traços discursivos estereotipados que foram apontados.

Em relação ao bandeirante, também um herói forte e poderoso, como Pedro I, podem-se examinar certas características de um subtipo dos heróis fortes: o caráter de actante coletivo e não individual, a aspectualização como ator excessivo e a ambigüidade de seu reconhecimento nos textos, ora herói, ora vilão.

A determinação aspectual do ator decorre da quantificação de suas qualidades e realizações pela categoria do *excesso* e da *insuficiência*. O bandeirante é excessivo nos textos: Raposo Tavares, por exemplo, destruiu missões indígenas, com crueldade, escravizou centenas de milhares de índios, percorreu a maior extensão do território brasileiro e praticamente estabeleceu seus limites atuais; Domingos Jorge Velho destruiu o Quilombo de Palmares. Assim, se o bandeirante tem os traços de competência e de paixão dos heróis fortes e poderosos – impetuosidade, irritação, coragem – sua caracterização passional, seus “excessos” de perversidade e selvageria, fazem parte do simulacro de vilão e não de herói.

Como os demais heróis poderosos e fortes, o bandeirante é julgado positivamente em sua época. Sua coragem e seu destemor são reconhecidos, e sua crueldade e violência justificados no sistema cultural do medo, que, no sentido de Iuri Lotman, regulamenta as relações com os “diferentes” (que pertencem a outras etnias, culturas, classes, nacionalidades, etc.). Em outras palavras, o bandeirante só é violento e cruel com os “outros”, índios, negros, invasores estrangeiros. Seus destinadores (o governo, os iguais, o “nós”) reconhecem então o bandeirante como herói: trouxe escravos para o desenvolvimento da capitania e da colônia, desco-

briu ouro, povoou o interior, assegurou a posse de novas terras, expandiu o território.

De que modo, porém, a História e o imaginário nacional conservaram o herói bandeirante, sobretudo hoje, quando não é mais “politicamente correto” matar índios ou reconhecer como heróis aqueles que o fizeram?

Os livros escolares conservaram até os anos sessenta o reconhecimento positivo que o bandeirante recebeu em sua época. O bandeirante, nesses textos, é o grande herói paulista, de quem herdamos os traços de coragem, de perseverança, de excesso que caracterizam São Paulo. Para manter seu caráter heróico foram, em geral, utilizados dois recursos narrativos: o da mudança de objetos e o do deslocamento do anti-sujeito ou oponente.

Exemplifico com texto do poeta Cassiano Ricardo que, em *Martim Cererê*, empregou os mesmos procedimentos para construir a epopéia das bandeiras. No poema *Metamorfose* muda-se o objeto: o índio capturado, violentado ou morto é substituído por fronteiras alargadas, território aumentado, interior povoado:

Meu avô foi buscar prata
mas a prata virou índio.

Meu avô foi buscar índio
mas o índio virou ouro.

Meu avô foi buscar ouro
mas o ouro virou terra.

Meu avô foi buscar terra
e a terra virou fronteira.

Meu avô ainda intrigado,
foi modelar a fronteira.

E o Brasil tomou forma de harpa.

Da mesma forma, o oponente não é mais o índio ou o jesuíta e sim o **Sertão**, que provoca o herói, que desperta sua curiosidade e sua coragem, ao “trancar a passagem” ao dizer “aqui ninguém entra, quem manda sou eu” No poema *Tropel de Gigantes*, Cassiano Ricardo narra a luta entre o “Sertão do Nunca Dantes” e os “Gigantes de botas”

Já os textos mais recentes de História do Brasil para 1º grau recuperam a ambigüidade do herói-bandido e, com o emprego sobretudo de

adversativas, ora enfatizam as qualidades heróicas do bandeirante, ora sua vilania. Assim, em alguns textos nega-se o herói: aponta-se o papel dos bandeirantes na história do país e, com um *no entanto*, introduz-se o argumento contrário ao heroísmo, qual seja, o de que capturaram e mataram índios. Em outros textos, nega-se o vilão: diz-se que os bandeirantes escravizaram e mataram índios, *mas* trouxeram prosperidade para a colônia, derubaram na prática o Tratado de Tordesilhas, deram início ao ciclo do ouro e dos diamantes da economia brasileira.

Uma última palavra sobre a figuratização dos temas da bandeira. As dimensões desmesuradas, verticais, horizontais ou de profundidade, figurativizam espacialmente o traço mais característico desse subtipo de herói poderoso, a aspectualização pelo excesso. A estátua de Borba Gato, de Júlio Guerra (1962), em Santo Amaro, e o Monumento às Bandeiras, de V.Brecheret (1953), no Ibirapuera, não deixam que nos esqueçamos disso.

Termino aqui. Espero ter conseguido apontar a localização e o papel dos estudos do texto e do discurso, entre os estudos da linguagem e ter também podido mostrar porque é que dediquei uma vida a refletir sobre os discursos e falar deles. Com algumas “adaptações”, por exemplo a substituição de “poeta” por “analista do discurso”, Drummond, em dois poemas – *Explicação e Poema de sete faces* –, ajuda-me a fechar a conferência:

Se meu verso não deu certo, foi seu ouvido que entortou.
Eu não disse ao senhor que não sou senão poeta?

ou ainda:

Eu não devia te dizer
mas essa lua
mas esse conhaque
botam a gente comovido como o diabo.

RÉSUMÉ: Cette conférence présente une réflexion sur les études du texte et du discours en général. Elle s’organise en trois parties: la première, sur la place des études du texte et du discours parmi les théories du langage; la deuxième, sur les grammaires textuelles et discursives; la dernière sur les rôles des études du texte et du discours, en général, et au Brésil, en particulier.

Mots-clés: Études du texte et du discours; instabilité linguistique; rôles des études du texte et du discours; grammaires textuelles et discursives.